



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
PARAÍBA

DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

CAMPUS JOÃO PESSOA

**GESTÃO AMBIENTAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM
CAMURUPIM, NO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO/PB**

IRAN OIKAWA CORDEIRO

JOÃO PESSOA - PB

2018

IRAN OIKAWA CORDEIRO

**GESTÃO AMBIENTAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM
CAMURUPIM, NO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Graduação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Ambiental.

Orientador: Ismael Xavier De Araújo

Discente: Iran Oikawa Cordeiro

JOÃO PESSOA – PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *campus* João Pessoa

C794a

Cordeiro, Iran Oikawa.

Gestão ambiental e turismo de basecomunitária
em Camurupim no município de Marcação/PB /
Iran Oikawa Cordeiro. – 2018.

53 f. : il.

TCC (Graduação – Tecnólogo em Gestão Ambiental) –
Instituto Federal da Paraíba – IFPB/ Coordenação do Curso de
Tecnologia em Gestão Ambiental.

Orientador : Prof^o.Ismael Xavier De Araújo

1.Meio ambiente. 2. Gestão Ambiental 3. Turismo de
base comunitária. I. Título.

CDU 502/504

Ivanise Andrade M. de Almeida
Bibliotecária-Documentalista
CRB-15/0096

AGRADECIMENTOS

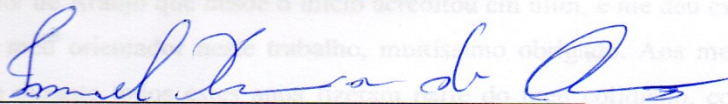
IRAN OIKAWA CORDEIRO

GESTÃO AMBIENTAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM CAMURUPIM, NO MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Graduação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Ambiental.

Data 30 de Agosto de 2018.

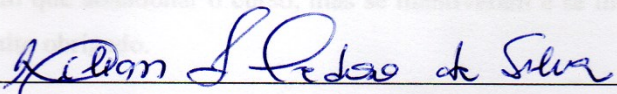
BANCA EXAMINADORA



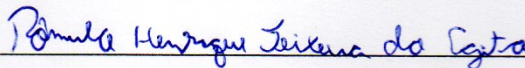
Orientador: Dr. Ismael Xavier de Araújo - IFPB/JP



Dr^a. Wiliane Viriato Rolim - IFPB/JP



Me. Lilian Ferreira Cardoso da Silva – IFPB/JP



Esp. Rômulo Henrique Teixeira do Egito

AGRADECIMENTOS

Em primeiro quero agradecer ao grande humanista e meu mestre Dr. Daisaku Ikeda, por todos os incentivos durante toda a minha vida, por me fazer acreditar que tudo é possível quando se tem determinação, a não desanimar com os obstáculos e estar sempre me aprimorando para me tornar um ser humano melhor e viver em prol da humanidade, muitíssimo obrigado.

Agradeço também a meus filhos Nicole e José, a minha esposa Claudia pela compreensão de minha ausência enquanto necessário para cumprir este desafio. A todos os meus familiares iniciando por minha mãe Irene e minhas irmãs Irenilde e Iraci que são meu porto seguro onde sei que sempre poderei retornar, pois estarão sempre de braços abertos. A todos meus sobrinhos e sobrinhas netos que integram o grande circuito de amor e amizade, muito obrigado.

Meu agradecimento a todos os meus professores sem exceção que aos poucos foram me passando seus conhecimentos e contribuindo para a minha formação. Em especial ao Professor Ismael Xavier de Araújo que desde o início acreditou em mim, e me deu essa grande missão sendo meu orientador neste trabalho, muitíssimo obrigado. Aos meus colegas de classe que durante todos estes anos fizeram parte do meu cotidiano, com quem aprendi muito e espero também ter ensinado algo, em especial ao amigo Rômulo Henrique Teixeira do Egito por ser uma pessoa sempre disposta a cooperar sem medir esforços e é um grande colaborador desde o início até o término deste trabalho, muito obrigado. Também agradeço aos amigos André, Gilvan e Pedro que por motivos de força maior tiveram que abandonar o curso, mas se mantiveram e se mantêm presentes em minha vida muito obrigado.

E por último ao Sr. Jomilson Caetano o barqueiro que com toda sua simplicidade e cortesia foi a pessoa central deste trabalho, sem o qual não seria possível, muito obrigado.

Minha homenagem mais sincera aos meus Pais, Professores, ao Pessoal administrativo, pela dedicação, auxílio e carinho que tiveram comigo e a todos que contribuíram para mais esta conquista educacional.

Ao universo, um voto:

LOUVOR

Aos meus Pais, um sorriso:

AMOR

Aos meus mestres, uma flor:

GRATIDÃO

Aos meus colegas, uma palavra:

AMIZADE

Ao Campus João Pessoa, uma lágrima:

SAUDADE

“Não faz mal que seja pouco, o que importa é que o avanço de hoje seja maior que o de ontem, que

nossos passos de amanhã sejam mais largos que os de hoje.”

Daisaku Ikeda

RESUMO

A aldeia Camurupim localiza-se na cidade de Marcação/PB e está situada em duas unidades de conservação federais. A partir de uma visitação como turista na região e um diálogo com o barqueiro notou-se que alguns aspectos do turismo e da preservação da região poderiam ser melhorados. Foi desenvolvido um projeto de extensão como objetivo de contribuir para diminuição dos impactos ambientais negativos e também para beneficiar e reconhecer a cultura local. Foram realizadas duas visitas na localidade para captação de informações pertinentes ao estudo, onde foram analisados o roteiro do barqueiro, os aspectos ambientais da região e a cultura local. O primeiro momento foi para o entendimento do funcionamento do turismo na região, na segunda visita foram observados aspectos das ações que já estavam sendo realizadas e também questões mais técnicas, a exemplo da preservação da área, análise do roteiro, viabilidade das intervenções além de uma conversa com o barqueiro e a possibilidade da criação de uma hospedagem. A partir disso foi desenvolvido um planejamento com base na gestão ambiental em que foram propostas ações para a valorização do turismo na região de uma forma ambientalmente correta, e também para um reconhecimento maior da cultura indígena local. Além disso, será entregue aos barqueiros uma cartilha que auxiliará na sua interação com os turistas e serão propostos cursos de qualificação para a comunidade local.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Meio Ambiente; Gestão Ambiental.

ABSTRACT

The Camurupim village is located in the city of Marcação, Paraíba state and is located in two federal conservation units. From a visit as a tourist in the region and a dialogue with the boatman, it was noted that some aspects of tourism and the preservation of the region could be improved. An extension project was developed with the objective of contributing to the reduction of negative environmental impacts and also to benefit and to recognize the local culture. Two visits were carried out in the locality to obtain relevant information to the study, where the itinerary of the boatman, the environmental aspects of the region and the local culture were analyzed. The first moment was to understand the operation of tourism in the region, during the second visit were observed aspects of the actions that were already being carried out and also technical issues, such as the preservation of the area, analysis of the roadmap, feasibility of the interventions besides a talk with the boatman and the possibility of creating a lodging. Therefore, a plan was developed based on environmental management, where actions were proposed to value tourism in the region in a more environmentally correct way, as well as a greater recognition of the local indigenous culture. In addition, a booklet will be given to the boatmen who will assist in their interaction with the tourists and will be offered qualification courses for the local community.

Keywords: Community Based Tourism; Environment; Environmental management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Roteiro Turístico	24
Figura 2: Restaurante Bar do Tingo	26
Figura 3: Área de Refeições	27
Figura 4: Jardineiras	28
Figura 5: Embarcação utilizada para o passeio contemplativo	29
Figura 6: Caranguejo tesoura.....	30
Figura 7: Peixe Boi.....	31
Figura 8: Colheita dos mariscos	32
Figura 9: Manguezal.....	33
Figura 10: Resíduos Sólidos.....	34
Figura 11: Degustação de ostra.	35
Figura 12: Arrecifes.....	36
Figura 13: Formação de Corais	37
Figura 14: Ouriço	38
Figura 15: Banco de Areia.....	39
Figura 16: Bar do Marujo	40
Figura 17: Almoço.....	41
Figura 18: Local para Camping.....	42
Figura 19: Bacia de Evapotranspiração	43
Figura 20: Composteira estilo holandesa.....	44

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Preservação Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFPB – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba

PBTUR – Empresa Paraibana de Turismo

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TBC – Turismo de Base Comunitária

UC – Unidade de conservação

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
OBJETIVOS.....	15
Objetivo geral	15
Objetivo específico	15
REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
Legislação pertinente para a área de estudos	16
Turismo e gestão ambiental.....	18
Turismo de base comunitária com enfoque no turismo social e Contemplativo.	19
Turismo em terra indígena.....	21
METODOLOGIA	23
Localização e caracterização da área de estudos.....	23
Tipo de pesquisa, método de pesquisa, instrumentos de pesquisa e de análise de dados	24
Obtenção de dados dos barqueiros	25
RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
CONCLUSÕES	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
CARTILHA	51

INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário é um modelo de turismo em que a comunidade local participa ativa e diretamente da idealização, desenvolvimento e gestão do turismo, utilizando também seus recursos humanos, naturais e de infraestrutura presentes no local em que vivem (FABRINO, 2013).

Nas comunidades onde o turismo está sendo desenvolvido nota-se que na maioria das vezes, são observados impactos negativos, tornando-se necessário um melhor planejamento para minimizar tais impactos, principalmente onde há o turismo ecológico, em que por vezes ocorre a descaracterização do ambiente natural bem como a sua degradação. Podemos observar que a especulação imobiliária também contribui diretamente para esse processo de destruição ambiental. Para que o desenvolvimento do turismo nessas comunidades tenha eficácia, ele tem que assegurar um retorno social, econômico e ambiental, ou seja, este turismo tem que estar contribuindo para a sociedade local, tendo um retorno financeiro e causando o mínimo de danos possíveis ao meio ambiente.

O TBC tem como base a conservação do ambiente, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios para a comunidade. Este tipo de turismo ocorre em comunidades que tenham um potencial turístico que ainda não é explorado sendo apresentado como uma forma de melhoria das condições sociais e financeiras, de forma que seja desenvolvido o potencial da região para que contribua com a preservação do meio ambiente pois será feito de forma sustentável. Este turismo contempla a cultura e costumes da localidade, onde todos da região podem ser beneficiados, com a venda de artesanato, comidas típicas, apresentações culturais, turismo de contemplação e outras atividades que geram benefícios para a localidade como um todo.

Iniciativas de turismo de base comunitária, para serem sustentáveis econômica e socialmente, não podem prescindir de uma visão estratégica, que considere não apenas o “destino” turístico como a potencialidade econômica para determinada região, mas também as diferentes alternativas e variáveis associadas a um modo de desenvolvimento concentrado nos recursos e demandas endógenos (IRVING et al 2009apudIRVING et al 2005)

A pegada ecológica se relaciona com mecanismos para o desenvolvimento sustentável com base no uso racional e equilibrado dos recursos naturais, água e energia que são gastos para a fabricação de determinado produto e conseqüentemente ao resíduo que é gerado ao consumir este produto, pois irá contribuir para a poluição do ambiente. Nesta perspectiva existem cálculos quantitativos dos recursos naturais gastos para a produção destes produtos bem como dos gastos para a reciclagem dos resíduos por eles gerado, fazendo com que esta proposta de turismo seja planejada para reduzir ao máximo os impactos ao meio ambiente, bem como para promover um consumo com consciência e que se deva deixar um rastro ecológico menor possível, desta maneira a pegada ecológica está diretamente ligada a esse tipo de turismo de base comunitária.

Como o projeto tem como base a Gestão ambiental, ressalta-se através do conhecimento multidisciplinar adquirido, o gestor ambiental poderá contribuir para um planejamento adequado para o sucesso da proposta, traçando um plano de execução, um gerenciamento de atividades e diagnósticos, avaliações de impactos ambientais, bem como medidas preventivas, corretivas ou mitigadoras de áreas degradadas além de um monitoramento de qualidade ambiental. Podendo ainda implantar medidas de educação ambiental e, se necessário, análises e laudos de impactos ambientais agregando assim melhoria da qualidade de vida e preservação da natureza bem como da comunidade na qual o projeto será inserido.

O conhecimento da gestão ambiental é necessário, pois a região estudada fica dentro de duas Unidades de Uso Sustentável¹ (APA e ARIE), por conta disso todas as ações que foram propostas seguiram os dispositivos legais de utilização das áreas. Atualmente existe na região o turismo de contemplação no qual o visitante é levado de canoa motorizada para conhecer as espécies aquáticas da localidade e contemplar as belas paisagens da região. Além do turismo de contemplação, existe a possibilidade de oferecer aos turistas uma hospedagem para que tenham uma maior comodidade. Observou-se a necessidade de um estudo de como desenvolver o turismo de maneira sustentável, e também a diminuição da pegada ecológica. Foi desenvolvido um estudo de caso com um barqueiro da região da aldeia indígena Camurupim no município de Marcação/PB como objetivo de entender a dinâmica do turismo ofertado, e a partir deste estudo, fortalecer a proposta local de turismo de base comunitária com enfoque na utilização da área de forma sustentável e com uma preocupação com o meio ambiente.

¹O principal objetivo das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Além disso, foram criadas duas cartilhas, uma para ficar no barco como objetivo de servir como guia para que o barqueiro informe aos turistas todas as regras do passeio, como se portar, o que turista pode e não pode fazer e uma explicação geral de como será o passeio. A outra cartilha será entregue aos guias de turismo que vendem o pacote de turismo na região, com o objetivo de informar melhor sobre como é o turismo da região e como funciona o passeio.

Nesta perspectiva, este trabalho tem cunho extensionista, pois busca conhecer melhor a realidade do lugar e de sua população, adentrando num caso específico e buscando contribuir na solução concreta das necessidades em tela, indo além da pesquisa, no sentido de que, ao mesmo tempo em que se aprende com o saber popular, se troca saberes a partir dos saberes acadêmicos, objetivando melhorar práticas ambientais e econômicas que estão no cotidiano de vida e de trabalho dos sujeitos protagonistas deste trabalho de extensão acadêmica.

OBJETIVOS

Objetivo geral

O presente estudo tem como objetivo uma proposta de aperfeiçoamento de turismo de base comunitária considerando a gestão ambiental na aldeia de Camurupim.

Objetivo específico

Entender como o turismo na aldeia Camurupim é desenvolvido.

Identificar mecanismos de gestão ambiental eficientes para o turismo contemplativo e social.

Desenvolver uma proposta de turismo de base comunitária com base em uma baixa pegada ecológica.

Desenvolver cartilhas como forma de guiar de maneira mais eficiente os turistas que chegam à região como também uma cartilha para que o turismo da região seja apresentado de uma forma mais eficaz.

REFERENCIAL TEÓRICO

Legislação pertinente para a área de estudos

A Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 vem para instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e tem como principal objetivo determinar critérios e diretrizes para a criação, uso, implantação e gestão das Unidades de Conservação² no Brasil, podendo estas unidades serem federais, estaduais ou municipais. Em todo o texto da lei do SNUC é possível notar que os preceitos legais vêm trazendo propósitos para que existam possíveis usos das áreas ambientais no país, mas que as áreas utilizadas possam ser usadas de forma sustentável sem que a sua biodiversidade e morfologia sejam afetadas.

Dentro das categorias de unidades de conservação existe o Grupo das Unidades de Uso Sustentável, entre as quais vamos destacar duas que estão dentro da área de estudo proposta.

A Área de Proteção Ambiental, também conhecida como (APA), tem sua definição apresentada no capítulo III art. 15 da Lei Nº 9.985/00, a partir do qual entendemos que trata-se de uma área geralmente de grande extensão, onde existe ocupação humana, provida de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais que têm bastante importância para a qualidade de vida e o bem estar das populações locais. A demarcação desse tipo de área tem como objetivos a proteção da diversidade biológica, regular o seu uso e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais ali presentes. Ainda de acordo com o capítulo III art. 15 da lei do SNUC, a APA pode ser constituída de terras públicas ou privadas, respeitando sempre os preceitos legais da sua forma de uso. Neste tipo de unidade de conservação também podem ser realizado pesquisas científicas e visitação pública.

A APA de Mamanguape está inserida na reserva da biosfera do bioma mata atlântica, que de acordo com a lei do SNUC é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável, dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento ambiental, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e

² Espaço territorial e seus recursos ambientais, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

a melhoria da qualidade de vida das populações. Este tipo de Unidade de Conservação é constituído por áreas de domínio público ou privado e gerida por um Conselho Deliberativo, formado por representantes de instituições públicas, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser em regulamento e no ato de constituição da unidade. No decreto N° 924/93 de 10 de Setembro de 1993 através da qual foi criada APA do Mamanguape foi enfatizado, a utilização da área para o turismo ecológico. Além disso, ainda de acordo com o plano de manejo, são definidas restrições ao uso que venha a provocar prejuízos ao ambiente em faixas de Área de Preservação Permanente (APP)³.

Ainda de acordo com o plano de manejo da região, a área estudada foi enquadrada como a primeira Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do nordeste brasileiro. De acordo com a lei do SNUC, ARIE é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza, podendo ser uma propriedade pública ou privada.

A ARIE Manguezais da foz do Rio Mamanguape teve sua legalização através do Decreto n° 91890 de 05 de novembro de 1985, com tipo de uso sustentável e plano de manejo já definido, Bioma marinho, e tem uma área de 5.769,54 hectares, localizada nos municípios de Rio Tinto com 75,17 % e Marcação com 24,83% e tendo como órgão gestor o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade ICMBio.

Além de estar em duas unidades de conservação, a região estudada está inserida em uma área indígena e é fundamentada pelo Decreto 7.747/2012 de 5 de junho de 2012 que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Nesta lei podemos destacar dois artigos, primeiramente o artigo 3, na qual é explanado que, em áreas indígenas, é necessário haver uma manutenção dos ecossistemas, por meio da proteção, conservação e recuperação dos

³De acordo com a lei LEI N° 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012, APP é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas

recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações indígenas.

Turismo e gestão ambiental

O turismo é uma ferramenta que, além de ser uma forma de entretenimento para os visitantes que estarão por um período temporário, ainda pode gerar renda, benefícios sociais e culturais nas localidades em que está sendo executado, conforme:

Dá-se o nome de turismo à atividade humana que é capaz de produzir resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrentes do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu habitual de residência para outros, de forma espontânea sem fins lucrativos. (OLIVEIRA, 2005, p .36 apud SCHEUER, 2011)

Para que estes resultados sejam obtidos, deve-se tomar os devidos cuidados para que o turismo seja realizado de forma sustentável, assim todos os envolvidos irão se beneficiar: o visitante tendo suas necessidades atendidas, a comunidade podendo desfrutar de uma melhor qualidade de vida devido ao retorno financeiro das vendas de seus produtos e serviços, e também o meio ambiente, pois como será feito de uma forma sustentável, seus impactos negativos serão reduzidos utilizando-se como base a gestão ambiental adequada.

Para se desenvolver o turismo de forma sustentável e com base na gestão ambiental se faz necessário um plano de gestão ambiental. Na primeira etapa do desenvolvimento do plano é feito um estudo das necessidades a serem supridas. Após a primeira parte de diagnóstico, deve-se planejar as ações a serem cumpridas com os resultados concretos esperados, a exemplo da preservação do local e de sua biodiversidade, em que o responsável deverá ter poderes para cumprir essas ações, e que estas sejam colocadas em prática de uma forma eficaz de acordo com o planejado. O plano de gestão ambiental deve ser descrito de forma suficientemente clara e com detalhamento suficiente para que possa ser auditada por uma terceira parte, fiscalizada pelo governo ou agente financiador do projeto, ou até mesmo por uma comissão representativa da população, ou por outras partes interessadas.

A valorização e o desenvolvimento do turismo de contemplação na área estudada pode trazer grandes benefícios para a região, tais como acrescentar serviço de

hospedagem, que contribuirá para o crescimento da procura de vivência maior dos costumes e cultura dessa comunidade, também uma maior procura do artesanato local, além da culinária tradicional. A partir destas mudanças, a região poderá se transformar assim em TBC no formato de eco turismo, pois todas as ações terão de ser pautadas pela sustentabilidade, de acordo com:

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 2010).

Assim como BRASIL comenta, o ecoturismo sendo planejado de forma sustentável, irá contribuir e muito para utilização do patrimônio natural e cultural adequada para sua conservação bem como que as pessoas envolvidas comecem a desenvolver uma maneira de pensar e agir com mais ecologicamente correta.

Estando a localidade dentro de uma ARIE, onde se localiza um estuário da região faz-se necessário uma atenção maior o planejamento de gestão ambiental para que esta área não sofra degradação, pois em todo o mundo está sendo notado este tipo de degradação devido a vários fatores como comenta Corson:

Ainda Corson destaca: “No mundo todo, os ecossistemas estuários que servem de berçários para diversas espécies de animais e os ecossistemas de recifes de coral estão sendo danificados em decorrência da poluição proveniente do continente, da ocupação urbana desordenada, da drenagem de áreas alagadas, dos derramamentos de petróleo e outros produtos químicos e da pesca predatória (CORSON, 1996b apud HENRY-SILVA, 2005).

Turismo de base comunitária com enfoque no turismo social e contemplativo.

Sendo a aldeia de Camurupim uma comunidade indígena de etnia potiguara, localizada em um estuário com grande potencial turístico a ser explorado, se faz necessário que este turismo seja embasado como Turismo de base comunitária em que além de ser um turismo com referência no aspecto social, deve ser voltado para um desenvolvimento sustentável e trazer benefícios ambientais, sociais e econômicos com mais equidade possível. O documento elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) intitulado Relatório Brudtland (1987) também conhecido como “Nosso Futuro Comum” traz a definição de desenvolvimento sustentável.

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”

No ano de 2003 ocorreu o encontro Sulamericano de povos indígenas e comunidades rurais na cidade de San Jose, na Costa Rica, com o objetivo de analisar as políticas públicas já implementadas, propondo melhorias das políticas e estratégias do turismo, fortalecendo as organizações para melhor gestão dos serviços oferecidos aos turistas.

“Nós esperamos que nossas comunidades possam prosperar e viver com dignidade, melhorando as condições de vida e de trabalho de seus membros. O turismo pode contribuir na concretização desta aspiração na medida em que fizermos dele uma atividade socialmente solidária, ambientalmente responsável, culturalmente enriquecedora e economicamente viável. Com esta finalidade, exigimos uma distribuição justa dos benefícios que gera o turismo entre todos os atores que participam de seu desenvolvimento.” Declaração de San José sobre o Turismo Rural Comunitário”, Arts. 1 e 2.

Como o turismo de contemplação já está em andamento na comunidade de Camurupim, são necessárias ações para ser feito de forma sustentável e pedagógica, afim de que os locais onde ocorrem estas visitas não sejam degradados de forma alguma. Também deve ser uma visita pedagógica, na qual o visitante não apenas se encante com o visual, mas, tenha uma orientação adequada sobre a importância do local e de sua biodiversidade, e qual o cuidado a ser tomado para a preservação e sustentabilidade, e assim assegurar que gerações futuras possam usufruir desta contemplação.

O turismo de contemplação é um ramo do ecoturismo que tem como um de seus instrumentos a interpretação ambiental. Esta envolve a satisfação, o interesse e compreensão do meio ambiente, assim como a permissão humana de viver e sentir a essência da natureza (GRAÇA, 2000; MAMEDE, 2001 apud MAMEDE & ALHO, 2004).

Ao falar sobre o turismo contemplativo, Mamede e Alho (2004) destacam que ao usufruir de seus recursos de forma harmônica e sustentável, são muitos os elementos de contemplação na natureza, tais como paisagens, sons, cores, formas, grupos de vegetais e de animais.

Agregado ao turismo de contemplação, o serviço de hospedagem irá contribuir para o hóspede tenha a vivência com a rotina, costume e cultura da comunidade indígena e possa comprar artesanato da comunidade local.

Ter também um tempo maior para poder assimilar melhor todas as informações que lhe são transmitidas no decorrer de sua estadia e passeio, fazendo dos momentos de lazer um agradável aprendizado de cultura, sustentabilidade, de forma a se tornarem multiplicadores destas informações.

Turismo em terra indígena

O Decreto 7.747/2012 de 5 de junho de 2012 em seu artigo 4 traz a importância de áreas indígenas, podemos destacar a alínea “g” que traz em sua redação o apoio às iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, sempre observando e sendo respeitada a decisão comunitária, dos povos indígenas, e sempre que houver necessidade devem ser realizados estudos sobre possíveis impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades.

Também estão empenhados na produção cultural dentro da prática do turismo étnico, com a confecção de artesanato para venda, como objetos de cerâmica, panelas e potes, tornozeleiras e pulseiras como adornos plumários, alguns utensílios de madeira como colher de pau e pilão, objetos sonoros como flautas e maracá dentre muitos outros.

Na estação de veraneio sua população chega a crescer 70%, pois a PBTUR incluiu a Cidade de Baía da Traição no roteiro turístico do estado por possuir riquezas naturais, e estar localizada a beira mar, e também por ser uma Terra Indígena, o que desperta uma curiosidade nos turistas em conhecer costumes e tradições dos primeiros habitantes do Brasil.

Tabela 1: Caracterização das Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas.

Unidade De Conservação	Município	Pop. Indígena (IBGE 2007)	Área do Município (ha)	Área de UC no Município (ha)	Porcentagem da UC no município
APA	Lucena	10.943 hab	8.920	257	1,72%
APA/ARIE	Marcação	7.287 hab	12.290	2.751	18,46%
APA/ARIE	Rio Tinto	23.023 hab	46.640	8.852	59,41%

APA	Baia da Traição	7.630 hab	10.236	90	0,6%
-----	--------------------	-----------	--------	----	------

Fonte: Site Unidades de Conservação do Brasil (Adaptado pelo autor)

Nesta tabela pode se ter uma noção da porcentagem em hectares que cada município da região tem dentro de cada Unidade de Conservação bem como a população indígena segundo pesquisa do IBGE do ano de 2007.

METODOLOGIA

Localização e caracterização da área de estudos

De acordo com o Plano de Manejo⁴ da Área de Preservação Ambiental –APA⁵ do rio Mamanguape e da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE⁶ de Manguezais da Foz do Rio Mamanguape de 2014, a aldeia de Camurupim localiza-se no município de Marcação, na Zona da Mata Paraibana. Esta aldeia situa-se em uma área denominada de “Unidade de Uso Sustentável”, de acordo com a Lei Federal Nº9.985, de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC que tem por objetivo conciliar a conservação natural e o uso sustentável dos recursos naturais.

Nas proximidades da aldeia existe um trecho do Rio Sinimbu onde no momento está sendo oferecido passeio de canoa motorizada como turismo de contemplação, em que além de ver as belas paisagens, o turista pode ter a possibilidade de ver peixes boi além de outras espécies da região.

Caracterizadas como Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas conforme o art. 231 da Constituição Federal de 1988, caracterizam direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto nº 1775/96. São três as demarcações de terras indígenas na região estudada: a Potiguaras Mont Mor que está classificada como Declarada, pois são terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça e está autorizada para ser demarcada fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento, enquanto que Potiguaras e Jacaré de São Domingos são declaradas como Regularizadas, pois após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. Estas terras estão localizadas nos municípios de Mamanguape, Rio Tinto, Marcação, Baia da Traição e Lucena

O povo Potiguara conhecido como guerreiros, são um exemplo entre os povos indígenas do Nordeste brasileiro e, nos dias de hoje procuram manter sua identidade

⁴ Documento técnico mediante o qual, é estabelecido fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação e seu uso.

⁵ É uma área em geral de grande extensão que tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

⁶ É uma área em geral de pequena extensão com o objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

através do reaprendizado da língua Tupi-Guarani, também com a continuidade com o ritual do Toré, e nas festas de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel com os oferecimentos.

O roteiro desenvolvido pelo barqueiro conta com 5 paradas (Mapa 1), seguindo a sequência, Marisqueiras, Ilha do Amor, Arrecifes, Banco de Areia, Praia de Coqueirinho e logo após retorna para o bar do Tingo.

Roteiro Turístico

Figura 1: Roteiro Turístico



Fonte: Autor (2018)

Tipo de pesquisa, método de pesquisa, instrumentos de pesquisa e de análise de dados

Para o desenvolvimento do estudo foram feitas duas visitas na região da Aldeia Camurupim no município de Marcação/PB uma primeira visita no mês maio de 2018 e uma segunda visita feita no final de junho de 2018, com o objetivo de fazer registros fotográficos, aplicação de um questionário (ANEXO A) com o barqueiro e o entendimento do funcionamento do turismo na região. Para a caracterização e entendimento da área estudada foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa diretamente com um barqueiro da região em que utilizamos uma ferramenta de entrevista

semiestruturada. Também foi utilizada a ferramenta da pesquisa ação que é uma construção coletiva e colaborativa em que se avalia as ações que são desenvolvidas e como podem ser melhoradas. A partir dessas informações foi feita análise de conteúdo.

Obtenção de dados dos barqueiros

Levantamento com um barqueiro da localidade, em que o foco foi obter dados referentes ao interesse da contemplação da paisagem, fauna, flora e peixe boi, bem como a possibilidade de um turismo de vivência na localidade, e assim conseguir um perfil das atividades. Este levantamento foi feito através de um questionário semi estruturado que seguiu um padrão de coleta de dados com os seguintes itens: data da entrevista, qual a renda na atividade turística e não turística, como se dá as parcerias dos barqueiros com outros parceiros, qual a contribuição que o barqueiro espera do IFPB, relação entre os barqueiros e o IBAMA, entre outras questões.

Fizemos também um levantamento junto ao barqueiro referente aos seus conhecimentos quanto à preservação do meio ambiente e biodiversidade dos locais onde ele realiza as visitas bem como normas de segurança para tais visitas.

Os dados coletados foram analisados e avaliados, e serviram como base de proposta para planejamento estrutural, ações integradas na área de estudo, diretrizes e estratégias na confecção de material de apoio do turismo local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira visita foi feito um passeio de barco como turista para conhecer qual era o roteiro, como o turismo da região era apresentado, qual estrutura era utilizada, que ferramentas o barqueiro tinha, qual era o conhecimento técnico/ambiental sobre a região e outros aspectos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. O segundo momento teve como principal objetivo fazer uma análise técnica sobre o roteiro do passeio e quais ações são desenvolvidas para a mitigação dos impactos negativos no meio ambiente da região.

O primeiro contato com o barqueiro é feito em um restaurante com o nome de Bar do Tingo (Figura 2). Neste restaurante o barqueiro tem uma parceria, de forma que ele o utiliza como local de encontro com os turistas que irão participar do passeio. Ali pode-se usar o banheiro, fazer alguma refeição enquanto aguarda-se os demais, e comprar algo para consumir durante o passeio. Também é oferecido o wifi, pois na aldeia não tem sinal telefônico. Antes da saída para o passeio já é feito o pedido de almoço, pois assim que os visitantes retornam o almoço logo é servido. Também é possível como forma de pagamento o recebimento dos cartões de crédito e débito.

Figura 2: Restaurante Bar do Tingo



Fonte: Autor (2018)

Nesse momento observamos o primeiro aspecto positivo, inovador e diferente: a utilização das cascas dos mariscos (*Anomalocardia brasiliiana*) para o calçamento da área do bar onde são feitas as refeições (Figura 3).

Figura 3: Área de Refeições



Fonte: Autor (2018)

É interessante frisar que existe uma problemática no descarte da casca do marisco, uma vez que muitos catadores descartam de forma incorreta no meio ambiente, causando impactos negativos como a supressão de algumas áreas de mangue. E no Bar do Tingo esse resíduo foi utilizado de forma criativa, diminuindo a pegada ecológica, visto que calçou o chão do bar com a casca fazendo a sua reciclagem.

Outro aspecto positivo encontrado no bar foi que os móveis foram construídos pela população local utilizando madeiras de árvores que caem naturalmente, não havendo necessidade de desmatamento para a sua construção.

Mais um ponto observado é que a construção da área de alimentação do bar foi feita de uma forma rústica levando em consideração a cultura e a tradição indígena da localidade. Esse tipo de construção favorece a iluminação natural, não sendo necessária a utilização de energia elétrica durante todo o dia.

No Bar do Tingo observou-se que não existe uma coleta correta dos resíduos gerados no local. A coleta pode ser feita de uma maneira simples separando os resíduos

em secos (plásticos, garrafas pet's, papelão, entre outros), que têm um grau de reciclagem ou reutilização e os resíduos úmidos (alimentos, pó de café, cascas, entre outros), que podem ser usados para o desenvolvimento de uma composteira.

Seguindo o roteiro, na caminhada entre o Bar do Tingo até o porto onde está atracado o barco nota-se que outros comerciantes também utilizam a casca do marisco para a pavimentação, além de usarem pneus velhos como jardineiras (Figura 4).

Figura 4: Jardineiras



Fonte: Autor (2018)

Essa reutilização dos pneus como jardineira é de extrema importância para a preservação do meio ambiente local, pois muitos desses pneus são descartados de forma incorreta poluindo o meio ambiente e ainda servindo como criadouro de vetores de doenças como o mosquito *Aedes Aegypti*.

Ao chegarem todos os turistas que o contrataram, o barqueiro passa todas as informações sobre a embarcação, inclusive informando sobre os coletes salva vidas que estão localizados no teto da canoa, as normas de segurança, bem como o percurso a ser realizado e o tempo médio de duração. A embarcação é uma canoa motorizada em que cabem no máximo 12 pessoas (Figura 5)

Figura 5: Embarcação utilizada para o passeio contemplativo



Fonte: Autor (2018)

Um aspecto que pode ser incluído nessa apresentação inicial seriam informações sobre a importância da preservação ambiental orientando a todos para que não descartem nenhuma espécie de resíduo durante todo o trajeto e que se tenham recipientes para a coleta de resíduos que forem encontrados nos locais visitados, assim o visitante além de estar fazendo um passeio de turismo ecológico estará dando a sua contribuição para a preservação do meio ambiente recolhendo qualquer resíduo que encontrar no trajeto.

Esse é um viés do turismo de base comunitária que Fabrino (2013) mostra em sua dissertação, que é um turismo que gere uma boa renda para a comunidade local, mas sempre preocupado com a preservação do patrimônio natural e cultural dos territórios.

Na chegada ao barco nota-se que a região ainda está com um alto nível de preservação. Não foram observados resíduos sólidos nas margens nem durante o curso do rio Sinimbu. Seguindo no barco observa-se uma grande preservação na área de manguezal, onde, em algumas regiões, está se recompondo naturalmente (Figura 6), notando-se assim que o ambiente está em total equilíbrio, servindo de berço o

desenvolvimento das espécies locais, a exemplo do caranguejo tesoura (*Uca maracoani*).

Figura 6: Caranguejo tesoura



Fonte: Autor (2018)

A região ainda é conhecida por receber visita de peixes boi (*Trichechus manatus*) que habitam o rio. A partir do embarque, a atenção fica voltada para a identificação do receptor do peixe boi, que é um tipo bóia transmissor que ajuda no monitoramento da espécie. Nas instruções passadas pelo barqueiro é informado que os turistas não podem fazer qualquer tipo de contato com o peixe boi (Figura7).

Figura 7: Peixe Boi



Fonte: Jomilson (2018)

A primeira parada é perto de um banco de areia onde o barqueiro mostra como são colhidos os mariscos (*Anomalocardia brasiliiana*) e ali mesmo ele convida os turistas a terem a experiência de colher os mariscos e, logo após, são devolvidos à natureza (Figura8). Neste ponto do passeio percebe-se ainda uma grande quantidade de mariscos na região, demonstrando que a área ainda está com um alto teor de equilíbrio ambiental.

Figura 8: Colheita dos mariscos



Fonte: Autor (2018)

Após a experiência na colheita dos mariscos, o barqueiro leva os turistas para conhecerem um pouco do bioma da região na Ilha do Amor (Figura 9), onde informações sobre as características do mangue e da região da restinga são passadas aos turistas.

Figura 9: Manguezal

Fonte: Autor (2018)

Um aspecto que poderia ser mais bem explorado nessa parada seria a questão da importância do manguezal. Pereira Filho e Alves (1999) apud Barreto et al (2017), mostram que o mangue tem uma grande importância em seus aspectos ecológicos e econômicos em que se destacam que os mangues funcionam como barreiras mecânicas à ação erosiva das ondas e marés, também retêm os sedimentos carregados pelos rios, é uma área de deposição natural, uma região que serve como filtro biológico natural. Nos aspectos econômicos destacamos que essa região é uma área que serve de berço de várias espécies de animais, além de ser uma área de renovação da biomassa costeira e estabilizador climático.

Na Ilha do Amor, verificou-se uma boa preservação ambiental da área de restinga e do manguezal. Mas notou-se a presença de resíduos sólidos como garrafas pet, sacolas plásticas, latas de cerveja, entre outros (Figura 10). Um entendimento sobre a procedência desses resíduos é que alguns foram jogados diretamente na localidade por visitantes e outra parte chegou à região por meio das marés que levam os resíduos do mar para a costa. Nesse ponto da visita os turistas podem ser convidados para um mutirão no qual todos os resíduos que forem encontrados devem ser recolhidos e armazenados no recipiente que está disponibilizado no barco, fazendo com que assim não seja só uma visita, mas também uma ação concreta em defesa do meio ambiente.

Figura 10: Resíduos Sólidos

Fonte: Autor (2018)

Ainda durante esta parada, o barqueiro convida o turista para fazer uma degustação de ostra (*Crassostrearhizophorae*) *in natura* (Figura 11). Na degustação, o sugerido é que o barqueiro leve no barco álcool em gel para a higienização do canivete a ser utilizado para abrir as ostras. Outro ponto é uma orientação sobre o manuseio, tanto no momento da degustação quanto na coleta, pois as ostras têm formatos cortantes. Neste local, pode ser vista uma grande quantidade de ostras nas raízes do manguezal, comprovando assim a boa preservação do local, pois como o acesso não é fácil esta área está bem preservada. Também não foram encontrados resíduos sólidos.

Figura 11: Degustação de ostra.



Fonte: Autor (2018)

Durante todo o passeio é possível contemplar as belas paisagens da região. O passeio continua nos arrecifes, formação de arenito que separa o mar dos rios que serve como berçário de várias espécies de animais. Os arrecifes também funcionam como uma forma de contenção do avanço do mar na região costeira (Figura 12).

Figura 12: Arrecifes



Fonte: Autor (2018)

Nessa parada também não apresenta sinais de degradação, pois em vários pontos pode ser visto a formação de corais o que só ocorre em locais bem preservados (Figura 13).

Figura 13: Formação de Corais



Fonte: Autor (2018)

Ao subir nos arrecifes, o turista tem que ficar atento ao caminhar, pois há a presença de ouriço do mar (*Echinometra lucunter*) em grande quantidade (Figura 14) e também muito lodo o que pede muita a atenção para não ocorrer nenhum acidente. Foram estas observações do local: tem-se uma vista muito bonita, um local ideal para a contemplação.

Figura 14: Ouriço

Fonte: Autor (2018)

Logo após a visita aos arrecifes seguindo o roteiro há uma parada em um banco de areia, local em que a água é bem transparente e de um tom um pouco amarelado, ali o visitante fica por alguns minutos, toma um banho de mar em uma água bem tranquila, pois os arrecifes protegem a área das ondas. Ali também é possível perceber que está bem conservado, pois nota-se que várias espécies de peixes estão à volta da embarcação, e é também um ótimo local para além do lazer, fazer uma contemplação de uma vista de toda a localidade. Nessa parada, o turista contempla a beleza da região além de ter a oportunidade de ver algumas espécies de peixes. (Figura 15).

Figura 15: Banco de Areia



Fonte: Jomilson (2018)

Continuando o passeio, a próxima parada é no bar do Marujo (Figura 16) na praia de Coqueirinho, onde os turistas podem tomar água de coco, suco, refrigerante, entre outros. No bar do marujo são vistos alguns poucos resíduos na areia que devem ter sido deixados por turistas ou talvez a corrente marítima tenha trazido. Nessa parada, foi sentido, a falta de coletores de resíduos. Apesar disso, observou-se que no entorno do bar não havia a presença de nenhum resíduo o que demonstra a preocupação do dono com a limpeza e organização do local. Ali se permanece por alguns minutos, pois o passeio está chegando ao seu final, então se retorna ao bar do Tingo para o almoço.

Figura 16: Bar do Marujo



Fonte: Autor (2018)

Uma medida que se faz necessária seria ter na embarcação uma caixa de primeiros socorros, e que barqueiro possua um curso básico em primeiros socorros, caso haja algum incidente ou acidente, porque assim possa ser dado um pré-atendimento. No mais, uma estratégia para melhorar o roteiro seria que logo após o passeio nos arrecifes fosse feito, a visitação na praia de coqueirinho e no bar do Marujo onde o visitante pode consumir algo rápido (caldos, espetos, empadões, entre outros), ir ao banheiro antes de ir para o banho de mar no banco de areia.

Na praia de coqueirinho deve-se orientar também o turista sobre a importância de sua contribuição em recolher os resíduos que forem encontrados na areia até o bar do Marujo com uma contribuição efetiva.

Essa ênfase na orientação dos turistas é de suma importância, pois muitos não estão preocupados com a preservação da localidade, e muitas vezes agem de maneira hostil, desrespeitando o meio ambiente e a comunidade local, por isso esse diálogo é de grande importância (Vidal & Maia, 2006).

A proposta para o bar do marujo será a de introduzir também a coleta seletiva, podendo ser feita somente para os resíduos secos tais como latas e pets, pois estes resíduos poderão se transformar em renda para o estabelecimento e um local para venda

de artesanato e alguns produtos comestíveis regionais, onde a comunidade seria a responsável pela sua comercialização e pagará uma porcentagem sobre o lucro.

Na volta ao bar do Tingo o almoço já está pronto, e nota-se que a grande maioria do que é servido no bar é coletado na própria região. O almoço tradicional da região normalmente é composto por peixe assado, omelete de marisco, pirão de peixe, fritada de carne de aratu de pedra, arroz, macarrão, salada, entre outros (Figura 17).

Figura 17: Almoço



Fonte: Autor (2018)

Ao final do passeio, foram coletados dados do roteiro, e notou se que alguns aspectos relativos à forma do passeio e aspectos ambientais poderiam ser revistos e reestruturados, a exemplo de informações mais completas sobre o meio ambiente local, a modificação da ordem do roteiro, entre outros, como objetivo de uma utilização mais eficiente do espaço, como também uma melhoria de informações aos turistas sobre os

aspectos ambientais da região. Outra informação fornecida pelo barqueiro foi a possibilidade da utilização do espaço da sua residência para receber turistas, por meio de campi e/ou hospedagem convencional.

Na primeira conversa com o barqueiro, ele comentou sobre o desejo de hospedar visitantes que tivessem o interesse de conhecer melhor a comunidade visitada. Na segunda visita, foi abordado o assunto e ele apresentou sua casa e o terreno a sua volta e comentou que o seu objetivo seria transformar o terreno ao lado e nos fundos de sua casa (Figura 18) em um camping, pois assim seria um investimento menor e, quem sabe, no futuro até poderia reformar sua casa para receber hóspedes. Então todo o foco foi voltado para o camping com algumas sugestões de baixo custo de forma sustentável.

Figura 18: Local para Camping



Fonte: Jomilson (2018)

Quanto ao aproveitamento de espaço e disponibilidade fica por conta do proprietário, mas quanto aos aspectos de mitigar os impactos negativos ao meio ambiente seguem as sugestões apresentadas.

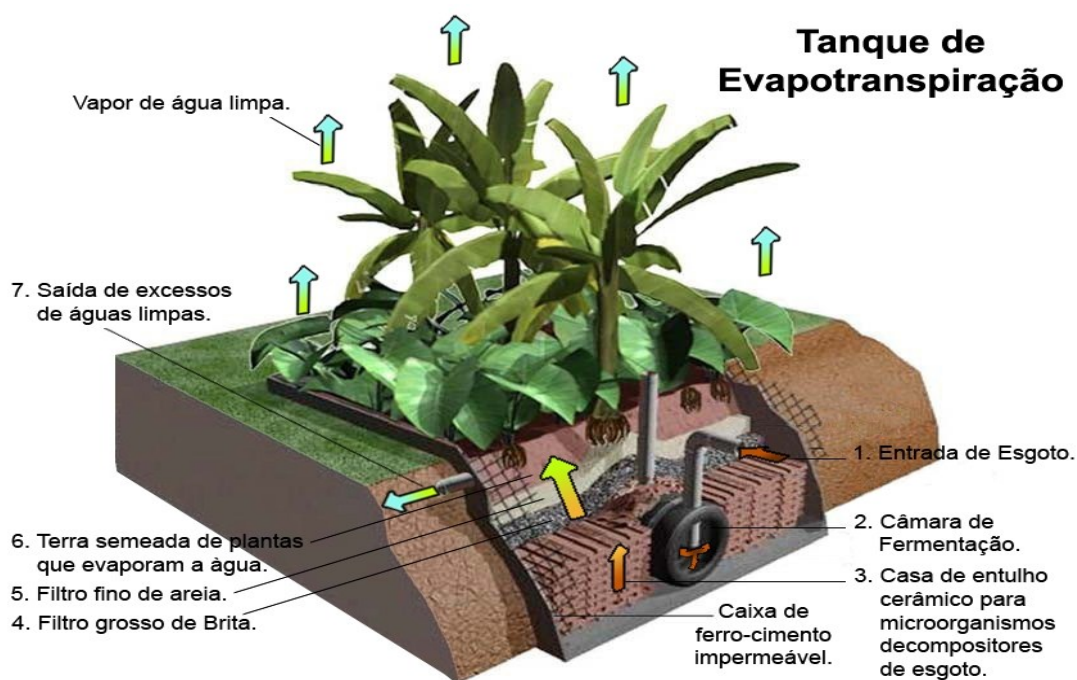
A primeira providência seria aproveitar a fossa existente transformando-a em uma fossa ecológica no estilo bacia de evapotranspiração que é um sistema simples e de

baixo custo, que utiliza a água negra (água do vaso), e é definida por Araujo et al (2015) como:

O tanque de evapotranspiração é uma tecnologia proposta por permacultores para o tratamento de água negra e consiste em um sistema plantado, onde ocorre decomposição anaeróbica da matéria orgânica, mineralização e absorção dos nutrientes e da água pelas raízes.

A imagem 19 abaixo exemplifica de uma forma simples como é o funcionamento desse sistema.

Figura 19: Bacia de Evapotranspiração



Fonte: <http://agroecologi9.wixsite.com/eco-projetos/tevap-e-zona-de-raizes>

O sistema apresentado mostra que o esgoto negro entra pelo sistema (1) por meio de uma encanação que vem direta do vaso sanitário até dentro do sistema. Esse esgoto entra na câmara de fermentação (2), que é feita a partir de pneus de borracha, onde ocorrerá a ação das bactérias que farão a decomposição do esgoto. Essa decomposição cria um vapor que vai passando pelos sistemas de filtragem (4 e 5), até

chegar na parte superior onde as raízes das plantas estão localizadas. O que observamos desse sistema é que a grande maioria das matérias para a sua construção são materiais de fácil acesso e reutilizados (entulho, brita, areia, pneu). Outro ponto a ser observado é que na parte superior onde é feita a plantação são utilizados plantas de folhas largas que conseguem “sugar” água mais profunda no solo, facilitando o acúmulo de água na camada superior do sistema.

Nos pontos de iluminação sejam utilizadas as lâmpadas de led, pois o consumo é muito baixo e a durabilidade é muito grande reduzindo assim gastos com o uso da eletricidade.

A coleta seletiva também seria necessária com recipientes adaptados para tal coleta e depois a venda destes resíduos, acrescentando uma renda extra para o camping.

Outra proposta seria a construção de uma composteira (Imagem 20) para os resíduos orgânicos e a construção de uma horta coletiva onde o adubo produzido será utilizado. Na horta orgânica serão plantados alguns legumes e verduras, no qual o turista participará da manutenção e em contrapartida poderá consumir o que será produzido.

Figura 20: Composteira estilo holandesa



Fonte: <http://construindodecor.com.br/composteira/>

A composteira pode ser feita a partir de material reutilizado como pallets e nesse caso da imagem foi feito com bambu, mas a idéia do processo é a mesma para o desenvolvimento da compostagem, lembrando que existem várias formas e modelos de composteira. Nesse sistema proposto a ideia é que sejam construídas 3 baias, e que em cada uma delas seja colocado uma camada de folhas secas, uma camada de material orgânico (sobras de comida, cascas de frutas, pó de café, casca de ovo entre outros) e por cima um pouco de areia para evitar mal cheiro e a proliferação de mosquitos e outros possíveis vetores de doenças. Em torno de 50 dias essa compostagem estará pronta para ser utilizada como adubo. É importante ficar atento a alguns cuidados que devem ser tomados na manutenção e uso da composteira, semanalmente é necessário que o material que está nas baias seja mexido para que entre ar e as bactérias continuem se desenvolvendo. É normal que nesse tipo de composteira o composto que está sendo gerado fique quente, outro ponto a ser cuidado é a questão da umidade, pois o composto tem que estar úmido, mas não encharcado, então se estiver em uma área em que chove muito é interessante cobrir o sistema.

Outra tecnologia alternativa seria a captação de água de chuva e a construção de uma cisterna para utilização de sua água nos banheiros e chuveiros. Com estas adaptações o camping terá uma conotação ecológica que deverá contribuir e muito na escolha que os hóspedes irão fazer.

Para uma melhor identificação das propostas segue abaixo tabela 2.

Tabela 2: Resumo das propostas do projeto.

Local	Aspectos positivos encontrados	Proposta
Bar do Tingo	<ul style="list-style-type: none"> - Pavimentação com as cascas dos mariscos; - Mobiliário a partir de reutilização de madeira; - Iluminação e ventilação natural 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de composteira a partir dos resíduos de alimentos; - Reciclagem dos resíduos secos (pet's, garrafas, outros); - Criação de uma horta; - Espaço para venda de

		artesanato local.
Embarcação	<ul style="list-style-type: none"> - Material de segurança adequado; - Potência do motor de acordo com os limites da legislação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cartilha para servir como guia para o barqueiro; - Kit de primeiros socorros; - Recipiente de coleta dos resíduos.
Ilha do amor / mangue	- Área bastante preservada que está se restaurando.	- Coleta dos resíduos sólidos por meio de ação ambiental na ilha do amor.
Bar do Marujo	- Poucos resíduos sólidos encontrados no caminho até o bar.	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta seletiva; - Venda de artesanatos e comidas locais; - A visitação nesse bar deve ser antes de ir ao banco de areia.
Espaço para camping	<ul style="list-style-type: none"> - Água encanada; - Energia Elétrica; - Fossa; - Espaço suficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fossa ecológica; - Composteira; - Horta comunitária; - Uso de lâmpada de LED - Coleta correta dos resíduos.

Fonte: Autor (2018)

CONCLUSÕES

A ideia do estudo surgiu a partir de uma visita turística na localidade, quando foi notado que a região é pouco explorada e que ainda tem um alto grau de preservação, mas que alguns aspectos poderiam ser melhorados com o objetivo de valorização turística da região, mas, que a localidade se mantivesse preservada. A partir dessa ideia foi proposto o TBC que tem esse viés de turismo com preservação e a valorização da comunidade local.

Durante as duas visitas na região foram feitas anotações e registros fotográficos para a formação de um banco de dados sobre todos os aspectos ambientais e turísticos da região para saber onde poderiam ser propostas melhorias.

Constatou-se que o turismo na região ainda encontra-se de uma forma simples, mas com um grande conteúdo de informações e de belezas naturais, mas que poderia ser melhorado com maiores informações sobre o meio ambiente e sua preservação para que a área continue em um bom estado de conservação. Um aspecto importante que pode ser desenvolvido na localidade é uma participação mais ativa da comunidade e dos turistas em relação aos resíduos sólidos, em que além do turismo de contemplação, seja proposto um turismo ecológico e de preservação. Outro ponto que ainda não é explorado é a questão da cultura local, por meio da venda de artesanato, de forma que a comunidade poderia ter um aumento da renda com essa atividade.

A partir da análise de todos esses aspectos esse trabalho servirá como base de informações para que a população local possa desenvolver ainda mais o turismo da região com um viés ecológico a partir de ações de um pensamento global com uma ação local.

E por se tratar de um trabalho de extensão algumas ações serão desenvolvidas junto à comunidade estudada, para auxiliar no desenvolvimento do turismo na região: foi proposta a criação de uma cartilha (Anexo I) para que informações sobre a região sejam passadas de forma clara e direta para ser fixada no barco; outra ação será o desenvolvimento de palestras e/ou oficinas sobre primeiros socorros, a importância do meio ambiente local, artesanato, entre outros, com o objetivo de qualificar ainda mais os moradores da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, K. V. C.; CRUZ, A. D.; ALVES, G. S.; EGITO, R. H. T. Utilização de Bet's como Alternativa Sustentável de Saneamento Básico do Semiárido Brasileiro. In: II Workshop Internacional Sobre Água no Semiárido Brasileiro, 2015, Campina Grande/PB.

BARRETO, A. D.; PAIVA, A. F.; SEIXAS FILHO, J. T. Ecologia urbana e relações socioambientais nas áreas de manguezais no município de Magé – Baixada Fluminense. In: José Teixeira de Seixas Filho e Carlos Alberto Figueiredo da Silva (Org.). III Seminário das Águas Mangues do Rio. Rio de Janeiro: H. P. Comunicação e Editora, 2017.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. B. (Org.); BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. v.1. 508p

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente.. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>

_____, Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012. Novo Código Florestal.

_____, Decreto nº 924, de 10 de Setembro de 1993. Criação da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape no Estado da Paraíba.

_____, Ministério do Turismo. **Turismo social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão.** Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 2006.

_____, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental – APA do rio Mamanguape e da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE de Manguezais da Foz do Rio Mamanguape.** Brasília-DF. 2014.

_____, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.**

_____, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas.** 2º Edição. Brasil. 2010.

_____, Decreto de lei nº 7.747, de 5 de junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.**

_____, Decreto de lei nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas e dá outras providências.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

DECLARAÇÃO DE SAN JOSE: sobre Turismo Rural Comunitário. San Jose/Costa Rica. 2003.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas/Turismo). Universidade de Brasília, Brasília-DF.2013.

HENRY-SILVA, G. G. A importância das unidades de conservação na preservação da diversidade biológica. *Revista Logos*, n. 12. 2005

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. In: R. Bartholo; D.G. Sansolo; I. Bursztyn. (Org.). *Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, v. , p. 108-119

MAMEDE, S. B.; ALHO, C. J. R. Turismo de Contemplação de Mamíferos do Pantanal: alternativa para o uso sustentável da fauna. In: ZysmanNeiman e Vivianne Junqueira dos Santos. (Org.). *Biodiversidade e Educação Ambiental: Experiências brasileiras*. São Paulo: Manole, 2006.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório Brudland (Nosso Futuro Comum)**. Assembléia Geral. 96 ° Plenária. 1987.

SCHEUER, L. Percepção geográfica e planejamento turístico: um estudo sobre a Sazonalidade. *Turismo e Sociedade*, v. 4, p. 286-304, 2011.

UNIDADES DE CONSERVAÇÕES SO BRASIL, **APA da Barra do Rio Mamanguape**. Acesso em: 18 de junho de 2018. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/932>>

VIDAL, L. P.; MAIA, J. S. S. A importância da coleta seletiva para o meio ambiente. *Revista Hórus*, v. 3, n. 1, p. 46-60, 2006.

QUESTIONÁRIO

1. Qual a renda dele na atividade turística e qual a renda nas atividades não turísticas.

Que é sazonal que em épocas boas chega a fazer 2 a 3 passeios por dia, chegando a uma renda máxima de R\$ 350,00 por dia. Por outro lado em outras épocas do ano como no período chuvoso chega a ficar quase 1 mês sem trabalhar na atividade turística. O barqueiro informou que no momento está trabalhando como motorista contratado da prefeitura municipal de Marcação, onde ganha um salário mínimo.

2. Como se dá as parcerias que ele tem com o bar e restaurante e se tem outras parcerias.

O barqueiro não informou diretamente como funciona as parcerias, mas que ele recebe um percentual financeiro quando ele leva os turistas para os parceiros. As outras parcerias são junto aos guias de turismo que vendem os pacotes e recebem uma comissão do barqueiro pela venda. Os parceiros da região do estuário são: Bar do Tingo, Bar do Marujo, Bar do Macarrão, Bar da Maria e Kel, entre outros na região, além disso, o barqueiro tem parcerias com guias de turismo na cidade de João Pessoa que vendem o pacote de turismo para a região.

3. O que ele espera da contribuição do IFPB no trabalho dele.

Foi apresentado como proposta ao barqueiro a confecção de duas cartilhas como forma de ajudar nas informações gerais do passeio e outra cartilha para ajudar na divulgação do turismo da região, o barqueiro acatou a idéia e realmente espera esse feedback, pois já houve ações de outras instituições que prometeram retorno para ele em forma de material de divulgação e que até hoje não retornaram com o material.

4. Como ele pretende fazer as melhorias na casa.

O barqueiro informou que o que existe no momento é apenas uma idéia futura da utilização da área da casa com fins de hospedagem. Ele informou que ainda está concluindo a construção da sua casa. No momento ele não pensou em como irá fazer as melhorias na casa.

5. Ele tem a compreensão ambiental sobre o roteiro que ele faz.

O barqueiro fez cursos que deram para ele uma base suficiente para trabalhar com o turismo na região. Ele fez dois cursos um de condutor de turismo e outro de condutor ambiental, ambos oferecidos por meio de parcerias com instituições renomadas como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e o IBAMA.

6. Quantos barqueiros tem e como é a relação entre os barqueiros e o IBAMA.

Foi informado que existe uma boa parceria entre a comunidade local e o IBAMA.

7. Como os turistas se comportam.

Antes do início do passeio é informado aos turistas as normas e procedimentos a serem adotadas durante todo o passeio, e em geral todas as regras propostas são respeitadas por todos.

8. Se sabem se comportar ou se muitos agem sem se preocupar com o meio ambiente.

A grande maioria respeita o meio ambiente, tanto os turistas como também os moradores da região.

CARTILHA

Cartilha – Barco

Peixe boi

O Peixe Boi marinho (*Trichechus manatus*) é encontrado nas regiões Nordeste e Norte do Brasil em uma faixa que vai do estado de Alagoas até o estado do Amapá. Essa espécie de peixe boi tem uma expectativa de vida de 60 anos podendo chegar em sua fase adulta a pesar 600 kg e medir em torno de 6 metros de comprimento. A estimativa é que no mundo tenham aproximadamente 130.000 peixes boi. No Brasil esse número se limita a menos de 1 mil indivíduos sendo o mamífero aquático mais ameaçado de extinção no Brasil. O peixe boi marinho é uma espécie herbívora e é capaz de consumir até 60 kg de plantas aquáticas por dia. Sua gestação dura em torno de 12 a 14 meses e o filhote fica junto a sua mãe para amamentação em torno de 2 anos. Outra curiosidade sobre o peixe boi é que ele pode prender a respiração por até 5 minutos.

Marisqueiras

Uma das principais atividades desenvolvidas na região é a coleta de marisco (*Anomalocardia brasiliensis*) que é um bivalve, organismos que caracterizam-se pela presença de uma concha formada por duas valvas. Esta concha protege o corpo do molusco. E, para que não seja descartado de forma equivocada na natureza, os catadores estão utilizando as cascas do marisco para a pavimentação de pisos e jardins.

Manguezal

Manguezal ou mangue é um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho, zona úmida característica de regiões tropicais e subtropicais.

O Mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), também conhecido como sapateiro, é uma espécie típica de manguezal.

O mangue-branco (*Laguncularia racemosa*) é uma árvore pioneira nativa e típica do manguezal brasileiro.

O local do passeio também é conhecido como estuário, ambiente aquático de transição entre um rio e o mar. Um estuário sofre a influência das marés e sua preservação é de suma importância pois é o berçário de várias espécies aquáticas.

Degustação das ostras

Ostras são uma iguaria consumida no mundo todo, é da família bivalde, ou seja o molusco fica no meio de duas conchas e é consumido cru. Tem-se que tomar cuidado para abertura pois sua casca, quando quebrada, se torna um objeto cortante.

Arrecifes

Arrecife ou recife é uma formação rochosa submersa logo abaixo da superfície de águas, formada de sedimentos depositados por milhões de anos. São de arenito que separa o mar dos rios, e serve como berçário de várias espécies de animais. Os arrecifes também funcionam como uma forma de contenção do avanço do mar na região costeira. Informar dos cuidados a serem tomados devido ao lodo, ouriço e irregularidades das pedras.

Coqueirinho

A Aldeia Coqueirinho do Norte além de contar com a cultura Potiguara por ser uma Aldeia desta comunidade indígena, fica as margens de uma das mais belas Praias do Litoral Paraibano e é o berço do encontro das águas do rio Caieiras com o Mar. A Praia de Coqueirinho do Norte que, outrora, tinha o seu acesso muito difícil (apenas por meio de automóveis 4x4, automóveis normais pela beira mar(quando a maré estava baixa) ou de Barco) se tornou muito mais acessível após a construção da Estrada de ligação da Praia à PB 041 trazendo para os visitantes a riqueza desta Praia indígena Potiguara. E ainda conhecerão o Bar do Marujo onde poderão saborear algum petisco regional e comprar algum artesanato da região.

Banco de areia.

Com águas cristalinas e transparentes mas com coloração amarelada devido a material orgânico e sedimentos oriundos dos manguezais e rios.

Bar do Tingo

Ambiente com iluminação natural, piso construído com casca de mariscos, moveis de madeira reaproveitada, faz coleta seletiva de resíduos, tem horta orgânica, adubada com adubo próprio, comida regional e ainda com produtos da localidade para serem consumidos. Tornando-o assim um empreendimento que presa pela sustentabilidade.